

O trotskismo brasileiro e a construção do partido revolucionário: as experiências do POL e do PSR (1937-1945)

Henrique de Bem Lignani¹

Resumo: O presente texto analisa a trajetória de duas organizações trotskistas no Brasil, desenvolvidas entre 1937 e 1945: o Partido Operário Leninista e o Partido Socialista Revolucionário. Considerando a continuidade existente entre os dois partidos em questão, busco analisar a forma de organização defendida pelos trotskistas em diferentes momentos, bem como a concepção de partido que sustentava a sua atuação política. Assim, partindo do conceito leninista de partido, analiso documentos internos às organizações (como circulares e atas de reuniões), investigando fundamentalmente de que forma ambos os partidos pretenderam desenvolver as relações entre a vanguarda revolucionária e o movimento de massas. Além disso, identifico as transformações observadas nessa relação ao longo da atuação dos trotskistas brasileiros, relacionando tais mudanças ao contexto histórico vivido. O objetivo do trabalho consiste, portanto, em analisar como tal corrente política buscou se organizar frente ao problema da crise de direção revolucionária.

Palavras-chave: trotskismo; partido político; direção revolucionária; vanguarda; movimento operário.

The trotskyism in Brazil and the building of the revolutionary party: the experiences of POL and PSR (1937-1945)

Abstract: This paper analyzes the trajectory of two Trotskyist organizations in Brazil, developed between 1937 and 1945: the *Partido Operário Leninista* and the *Partido Socialista Revolucionário*. Considering the continuity between both parties, I intend to analyze the form of organization defended by the Trotskyists at different moments, as well as the conception of party that supported their political action. Thus, based on the Leninist concept of the party, I analyze documents produced by these organizations (such as circulars and minutes of meetings), investigating fundamentally how both parties sought to develop relations between the revolutionary vanguard and the mass movement. In addition, I identify the transformations observed in this relationship throughout the activity of the Brazilian Trotskyites, relating such changes to the historical context they have lived. The aim of the work is, therefore, to analyze how this political current sought to organize itself in the face of the crisis of revolutionary leadership.

Keywords: Trotskyism; political party; revolutionary leadership; vanguard; worker's movement.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

Introdução – Analisando a trajetória do trotskismo brasileiro a partir da concepção leninista de partido

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar o percurso e a atuação do trotskismo no Brasil entre os anos de 1937 e 1945, período em que foram desenvolvidas duas organizações políticas: o Partido Operário Leninista (POL) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Mais especificamente, pretendo analisar a concepção de partido defendida por essa corrente política ao longo do período entre 1937 e 1945. Para isso, algumas questões são fundamentais na medida em que orientam a análise proposta: como os trotskistas do POL e PSR pensaram o formato de sua organização política e seus objetivos? Como isso influenciou a atuação do partido? Essa concepção de organização mudou ao longo do tempo? Como elas se inseriram no respectivo contexto histórico? Dessa forma, trata-se de identificar a proposta trotskista para a superação daquele que identificavam como sendo o problema fundamental no referido contexto: a crise de direção do movimento revolucionário².

A fim de responder às questões propostas, me embasarei na concepção leninista de partido político, a partir da qual analisarei a atuação dos trotskistas brasileiros. Trata-se da noção proposta por Vladimir Lenin em meio aos debates políticos travados no início do século XX e expostos na obra *Que Fazer?*. Opondo-se ao reformismo daqueles que consideravam necessário enfatizar as lutas estritamente econômico-profissionais dos trabalhadores, a partir de métodos artesanais/espontâneos de organização, Lenin defendia a formação de uma “organização revolucionária capaz de assegurar à luta política energia, firmeza e continuidade”. Assim, ao contrário do que defendiam aqueles a quem chamou de “economistas”, o revolucionário russo criticava o rebaixamento das tarefas políticas e de organização “ao nível dos interesses imediatos, ‘tangíveis’, ‘concretos’ da luta econômica cotidiana”³.

Portanto, a concepção leninista de partido é formulada a partir desse enfrentamento, estabelecendo a diferenciação entre a “organização dos operários” e a “organização de revolucionários”. Segundo Lenin, “a organização de um partido social-

² De acordo com o documento de fundação do POL, “o PCB – queiram ou não os seus aderentes sinceros – fracassou na missão política para a qual foi criado: conduzir o proletariado ao poder” (COMITÊ Provisório de Organização do POL. A fundação do partido revolucionário do proletariado, 03/01/1937). Expressa, assim, na análise dos trotskistas, a necessidade de constituição de uma nova direção revolucionária.

³ LENIN, Vladimir. *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979, p. 82.

democrata revolucionário deve necessariamente constituir um gênero diferente da organização dos operários para a luta econômica”. Ao passo que esta última deveria se organizar a partir de cada categoria profissional, tendo o maior tamanho possível e apresentando-se de forma legal; aquela deveria se reduzir aos revolucionários profissionais, não sendo muito extensa e possuindo ao máximo um caráter clandestino⁴.

Analisando as contribuições de Lenin, Hector Benoit sistematiza tal entendimento acerca da organização, identificando na concepção formulada pelo revolucionário russo a síntese dialética entre vanguarda e movimento de massas. Segundo Benoit, estabelece-se, assim, em um primeiro momento, uma distinção clara entre dois níveis organizativos que expressam níveis de consciência diferenciados: o clandestino/extraoperário, composto por revolucionários profissionais conscientes acerca da teoria marxista; e o legal/vinculado às massas, formado por aqueles recém-ingressos no movimento a partir de conflitos econômicos. A grande contribuição de Lenin para a teoria do partido, segundo Benoit, está na integração entre tais esferas por meio da “práxis”. O elemento clandestino, constituído pela vanguarda consciente, apesar de existir desde o primeiro momento do processo de construção do partido enquanto um elemento “pressuposto”, precisa afirmar-se enquanto tal a partir da práxis revolucionária, da atividade prática teoricamente orientada. Assim, volta-se para a camada legal que expressa os níveis inferiores de consciência, buscando elevá-la e unificá-la a si. Dessa forma, opera-se a integração entre as camadas que de início encontravam-se apartadas, integração que ocorre na medida em que a vanguarda se constitui de fato como direção histórica do proletariado⁵. Trata-se, portanto, de acordo com Benoit, de compreender a teoria do partido político enquanto um processo no qual existem diferentes camadas e níveis de consciência que, entretanto, não aparecem de forma estanque.

Tendo em vista tais contribuições teóricas, passo adiante à apreensão das organizações trotskistas que tenho por objeto deste trabalho.

O Partido Operário Leninista: “organizar uma pequena vanguarda que constitua o arcabouço do partido revolucionário”

⁴ *Ibidem*, p. 86-87.

⁵ BENOIT, Hector. Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. *Revista Outubro*, nº 2, fev de 1998, p. 55-56.

Em janeiro de 1937 o Comitê Provisório de Organização do Partido Operário Leninista⁶ lançava o documento de fundação do novo partido, constituído a partir das teses intituladas “As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento de vanguarda”. Entre os pontos abordados nas teses fundacionais do POL estão presentes o balanço do *putsch* desencadeado pelo PCB/ANL em novembro de 1935, além da crítica ao PCB quanto ao papel da burguesia brasileira e ao caráter da revolução no país. Porém, o elemento primordial do documento consiste na afirmação da falência do PCB e, como consequência, da necessidade de surgimento de uma nova vanguarda do movimento de massas. Nesse sentido, o documento recém-elaborado estaria a serviço desta finalidade, conforme afirmavam os trotskistas: “as teses aprovadas devem servir como eixo inicial de agrupamento para todos os militantes revolucionários da vanguarda operária na etapa decisiva em que entramos”⁷.

A consideração deste aspecto presente no primeiro documento elaborado pelo POL é fundamental para o entendimento do caráter e dos objetivos aos quais se propunha aquela organização. Percebe-se que, tendo sido fundado em uma conjuntura na qual era constatada uma crise de direção revolucionária dos trabalhadores, o POL se apresentava como um reagrupamento revolucionário de vanguarda. Nesse sentido, a principal tarefa definida pelos trotskistas brasileiros era fornecer uma resposta para o problema da crise de direção. A partir dos documentos internos da organização, bem como de suas análises públicas, considero possível afirmar que tal concepção organizativa marcou toda a atuação do POL, sendo a ênfase na tarefa do reagrupamento de vanguarda uma constante nas fontes consultadas.

No final daquele mesmo ano de 1937, já sob a égide da ditadura do Estado Novo, os militantes do POL retomaram a publicação do periódico *A Luta de Classe*⁸, historicamente editado pelas diferentes organizações trotskistas brasileiras desde 1930.

⁶ No Brasil, o movimento oposicionista/trotskista se articulou em torno de diversas organizações, como o Grupo Comunista Lenin e a Liga Comunista, que atuaram entre 1930 e 1933 como fração do PCB. A partir de 1933, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, Trotsky e seus companheiros avaliaram como completa a falência da Internacional Comunista e a necessidade de criação de uma nova Internacional. Foram fundadas no Brasil a Liga Comunista Internacionalista e, posteriormente, o POL, organizações com caráter partidário e independentes de vinculação com os comunistas.

⁷ COMITÊ Provisório de Organização do POL. *Op. Cit.*, 03/01/1937.

⁸ O periódico *A Luta de Classe* foi publicado pela primeira vez em 1930, pelo Grupo Comunista Lenin e, posteriormente, pela Liga Comunista (Oposição) e pela Liga Comunista Internacionalista. Desde outubro de 1933 (com exceção das nove edições entre maio de 1935 e novembro de 1936) o periódico passou a ser editado em formato mimeografado, o que é indicativo das dificuldades encontradas pelos trotskistas no período.

É possível ler na primeira edição desta “nova fase”⁹ do periódico que “*A Luta de Classe* procurará, na medida de suas possibilidades, ser o centro do agrupamento dos elementos da vanguarda e dos operários conscientes, educar as massas trabalhadoras e refletir em suas páginas a luta diária dos escravos do capital nas fábricas, usinas, quartéis e etc”¹⁰. Trata-se, portanto, de uma reafirmação daquilo que estava presente no momento de fundação do POL. Na medida em que concebiam o partido enquanto um reagrupamento de vanguarda, o periódico editado pela organização deveria ser um instrumento mobiliado para o alcance deste mesmo objetivo.

A retomada da publicação de *A Luta de Classe* por parte do POL não foi um fato de menor importância. Ao contrário, naquele momento essa foi definida como “a tarefa central de toda a organização”, tal qual expresso em uma resolução partidária cujo assunto era justamente o jornal¹¹. Além do papel organizador das massas, naquele momento afirmava-se o caráter educativo que a publicação teria em relação à classe operária. Mais especificamente, o jornal deveria ser um “centro de interesse em torno do qual se agrupa *os elementos mais adiantados da classe operária*”¹². Novamente, percebe-se o direcionamento das preocupações dos trotskistas para a vanguarda do movimento operário, o que está indicado também na orientação da formação de grupos de leitura e discussão. Apesar disso, o documento definia que a distribuição do periódico deveria ser a mais ampla possível, mesmo para localidades onde o POL não tivesse ligações orgânicas¹³.

O trabalho de Icaro Rossignoli aponta para esta característica referente às publicações do POL, evidenciando que não se tratava de algo exclusivo aos trotskistas brasileiros. Segundo o autor, o trotskista estadunidense James P. Cannon havia explicitado que, no período mais difícil de atuação do movimento naquele país, entre o fim da década de 1920 e o início dos anos 1930, a “obrigação revolucionária” dos militantes era a distribuição da propaganda impressa e a publicação de literatura teórica com tal objetivo. Assim, Rossignoli afirma que as dificuldades enfrentadas pelo movimento trotskista, entre elas o pequeno número de militantes e o isolamento

⁹ Apesar de afirmar o início de uma “nova fase” na publicação, os militantes do POL deram seguimento à numeração das edições anteriores do jornal cuja publicação estava interrompida desde novembro de 1936. Essa última edição de *A Luta de Classe* havia sido editada pela Liga Comunista Internacionalista.

¹⁰ A REDAÇÃO. Nova fase da “A Luta de Classe”. *A Luta de Classe*, n° 34, ano VII, 10/12/1937, p. 1.

¹¹ CCP DO POL. Resolução do Comitê Central Provisório do Partido Operário Leninista. Assunto: jornal. 26/12/1937.

¹² *Ibidem* (grifos meus).

¹³ *Ibidem*.

político, fizeram com que tais organizações se voltassem para a vanguarda, ou seja, atuassem buscando conseguir a adesão dos setores mais conscientes dos trabalhadores que, na maioria das vezes, já eram influenciados por outras organizações¹⁴. No caso do POL, isso implicaria na atenção conferida aos debates e críticas em relação ao PCB, sendo “daí que podemos concluir o seu foco dado a *ganhar os membros da vanguarda influenciada pelo PCB e aos trabalhadores mais engajados na política do movimento operário*”¹⁵.

A partir das definições apresentadas pelo POL nos textos abordados acima, é possível perceber, portanto, que no seu primeiro momento de atuação o partido não pretendia tornar-se uma organização de massas. A inserção de fato e o desenvolvimento de uma influência política sobre a classe trabalhadora eram entendidos como algo distante, a ser alcançado após a constituição do partido enquanto uma vanguarda revolucionária. Nesse sentido, o POL não buscava uma adesão indiscriminada de novos militantes, tendo estabelecido uma resolução sobre o tema na qual eram estipulados “determinações fixas e rigorosas” para o recrutamento de novos membros. O recrutamento visava preferencialmente os operários. Para o caso de indivíduos não proletários era exigido “um mínimo de capacitação ideológica”, obtido por meio da leitura dos documentos do partido e dos clássicos do marxismo¹⁶.

Além disso, o documento estabelecia que a adesão de qualquer militante deveria ser aprovada pelo Comitê Central Provisório (CCP), que obteria informações sobre a condição social, o passado político, as ligações, possibilidades de trabalho e outros aspectos da vida do potencial militante. Por fim, era ainda um requisito que o militante aspirante desempenhasse determinadas tarefas concretas antes do ingresso, como a formação de um grupo de leitores e contribuintes do jornal e a participação em reuniões¹⁷. Tamanhas exigências eram justificadas devido ao fato de que, naquele momento, no Brasil estava-se vivendo o segundo mês da ditadura de Getúlio Vargas. Dessa forma, tratavam-se de cuidados relativos à atividade partidária em um período de

¹⁴ ROSSIGNOLI, Icaro. *Os dias de cão do trotskismo brasileiro: argumentos e táticas nas publicações do Partido Operário Leninista, 1937-1939*. 2018. 84 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 28-30.

¹⁵ *Ibidem*, p. 32 (grifos do autor).

¹⁶ CCP DO POL. Resolução do Comitê Central Provisório do Partido Operário Leninista. Assunto: recrutamento. 08/12/1937.

¹⁷ *Ibidem*.

maior repressão política. Cabe mencionar, entretanto, que, mesmo com as precauções elencadas, os trotskistas não evitaram a infiltração de informantes policiais¹⁸.

Além do contexto ditatorial, outro elemento contribui para o entendimento da adoção de critérios restritos de adesão ao POL. Seguindo a concepção leninista de partido, adotada como referencial para a análise dos partidos que realizo neste trabalho, mas compartilhada também pelos próprios militantes agentes dessa história, a vanguarda seria formada por um núcleo de revolucionários profissionais, cuja atividade deveria possuir um grau elevado de clandestinidade e um caráter conspirativo. Como o POL avaliava que aquele momento no qual estava inserido era o de desenvolvimento da esfera da vanguarda, tratava-se, portanto, de guardar maior rigor quanto à adesão de militantes e observar regras de ação na ilegalidade. Assim, o momento de dirigir-se às massas, por exemplo, por meio de uma atuação sistemática no movimento operário, ficava definido como tarefa para um momento posterior, no qual o agrupamento de vanguarda que estavam buscando construir se concretizaria enquanto direção revolucionária dos trabalhadores.

A fim de dar conta da questão à qual se propunham, os militantes do POL se concentravam, portanto, na construção do partido, buscando desenvolver análises e discussões internas. Exemplo disso é a realização de uma “reunião ampliada”, decidida em 19 de dezembro de 1938, a partir de uma reunião do Secretariado Nacional (SN) composto por Mario Pedrosa, Augusto Besouchet e Paes Leme. A pauta da reunião ampliada seria a situação nacional e as tarefas do partido¹⁹.

A fim de fomentar a discussão, o Secretariado Nacional do POL adotou um documento assinado por “Gastão” (codinome de Augusto Besouchet), distribuindo-o previamente por meio de uma circular interna para a leitura dos militantes. O texto, ao abordar a situação política da classe operária, afirmava ser essa a única força capaz de derrotar a ditadura do Estado Novo. Porém, encontrava-se “inteiramente desorientada” desde 1935, o que era atribuído

[à] política de colaboração de classes seguida pelos stalinistas, [a]o controle burocrático e policial dos sindicatos profissionais, [à] desorganização em que

¹⁸ Pelo menos desde 03/03/1939 documentos policiais relatando informações como as atividades partidárias e as identidades verdadeiras dos militantes trotskistas eram remetidos à Polícia Civil do Distrito Federal, sobretudo pelo informante identificado como “D-15” (Paulo Peixoto), infiltrado na organização.

¹⁹ SECRETARIADO Nacional. Análise da situação nacional, 17/12/1938.

se encontra a vanguarda, [às] grandes derrotas operárias no campo internacional, tudo isso, aliado à demagogia do governo²⁰.

Dessa forma, apesar do agravamento do custo de vida e das condições de trabalho, não havia nenhum movimento de trabalhadores perceptível no horizonte. Nesse sentido, o texto afirmava que “ainda será necessário um regular período de tempo para que o processo de reagrupamento da vanguarda operária, que se verifica presentemente, possa ter alguma repercussão no seio do proletariado mais consciente”²¹.

Por fim, apresentava-se a política defendida pelos trotskistas, decorrente das análises e caracterizações anteriores:

É mais do que claro que as lutas de massas não poderão alcançar um nível satisfatório se não houver um partido de vanguarda, organizado e [capacitado] política e ideologicamente e com sólidas raízes nos principais centros de produção. No período de ilegalidade em que vivemos, é também utópico pensar ser possível organizar um partido em condições de se por logo à frente das massas e orientar suas lutas. *As nossas aspirações deverão ser mais modestas e mais realistas. O que é necessário e possível é organizar uma pequena vanguarda que constitua o arcabouço do partido revolucionário.* Formar quadros, educá-los, é a nossa principal tarefa. Articular toda a vanguarda, dar-lhe uma perspectiva real e revolucionária, *construir o esqueleto de um verdadeiro partido proletário* capaz de se transformar, ao calor, dentro e à frente das lutas de massas, no guia e orientador das classes trabalhadoras nas próximas lutas, é o que temos de fazer [...].²²

O documento permite perceber, portanto, que a política do POL enfatizava de forma ininterrupta a preocupação com a construção do partido e com o agrupamento da vanguarda revolucionária do proletariado. Entretanto, isso não era afirmado de forma desconectada em relação à realidade, conforme o último trecho citado elucidado. Os trotskistas estavam cientes das dificuldades apresentadas por esta tarefa, bem como dos limites dentro dos quais poderiam avançar em seu cumprimento. Assim, dentro das adversidades do contexto ditatorial e do reduzido tamanho numérico do seu próprio partido, propunham-se a objetivos “modestos e realistas”, como a formação de quadros e a construção de um “arcabouço”/“esqueleto” de partido revolucionário. O que ressalta dessas tarefas é o fato de que, mesmo quando diante de uma realidade adversa e da necessidade de uma análise “realista”, os trotskistas do POL não rebaixavam seus princípios políticos, o que é expresso na medida em que não deixam de ter em vista a perspectiva revolucionária.

²⁰ *Ibidem.*

²¹ *Ibidem.*

²² *Ibidem* (grifos meus).

Ainda referente à pauta da “reunião ampliada”, a circular enviada previamente aos membros do POL anexou notas de “João” sobre as tarefas do partido, intituladas “Sugestões para o plano de trabalho geral”. As notas indicavam três objetivos referentes ao trabalho de organização naquela época: a propaganda; a organização; e a preparação de quadros²³.

No que se refere à propaganda, “João” afirmava que historicamente as organizações trotskistas (“bolchevique-leninistas”) brasileiras empregavam três formas distintas de propaganda. A primeira delas, considerada mais eficaz, era a participação nos movimentos de massa, como os sindicatos e frentes políticas. A luta nessas instâncias permitia aos trotskistas a realização de agitação em torno de reivindicações imediatas dos trabalhadores, a partir do que poderiam atrair seus elementos mais avançados. Entretanto, apesar de ser a forma preferencial de propaganda, a luta em organizações de massa só era possível em períodos de relativa legalidade, nos quais tais organizações existem e estão efetivamente em ação. Sendo assim, em meio ao Estado Novo varguista, os trotskistas deveriam se concentrar nos outros dois meios de propaganda existentes: o aproveitamento de espaços legais, como a imprensa legal, limitado na medida em que só poderia ser feita propaganda das ideias e não da organização em si; e a propaganda individual, tanto oral quanto por meio das publicações partidárias. Quanto a essa última forma de propaganda, as notas também apontam para as limitações existentes, uma vez que ela só poderia alcançar indivíduos já próximos aos militantes do POL. Sendo assim, “nem sempre se pode por meio dela alcançar os operários da indústria pesada, transportes, etc., com que mais nos interessa entrar em contato”²⁴.

Partindo das referidas considerações quanto às possibilidades a serem empregadas pelo partido, o texto de “João”, divulgado pelo SN do POL, propõe um plano de trabalho relativo à propaganda. Sem perder de vista as dimensões concretas do partido, afirma que “uma organização pequena e ilegal como a nossa tem de visar a qualidade e não a quantidade de seus membros, mas cada elemento conquistado poderá ser aproveitado de uma forma ou de outra”²⁵. Percebe-se, portanto, a reafirmação do conteúdo da circular sobre recrutamento, de um ano antes, na qual se rejeitava a filiação indiscriminada de novos militantes. Por sua vez, as “Sugestões para o plano de trabalho

²³ *Ibidem.*

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ *Ibidem.*

geral” iam além na questão do recrutamento, propondo o lançamento de uma campanha pela conquista de novos simpatizantes. Nesse sentido, era proposta uma meta de três meses a partir daquele momento, ao fim da qual cada militante do POL deveria ter obtido a adesão de, pelo menos, um novo simpatizante e a distribuição do jornal deveria ser duplicada²⁶.

Quanto aos aspectos da organização e da preparação de quadros, as notas também indicavam alguns objetivos concretos a serem atingidos. Em primeiro lugar, referente à organização, haveria de ser conferida regularidade às instâncias do POL, fixando-se vínculos com outros países da América e reestabelecendo a ligação perdida com outros estados, como o Ceará e o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o que se visava era uma organização trotskista que de fato fosse nacional, não se restringindo ao Rio de Janeiro e São Paulo. Para isso, propunha-se a realização do Congresso Nacional do partido em fevereiro de 1939, devendo os documentos serem preparados desde aquele momento. Além disso, e adentrando no elemento da preparação de quadros, propunha-se a realização de ações teóricas e políticas, como a preparação de cursos, a ampliação das discussões políticas nas bases partidárias e o estreitamento das relações entre base e direção. O objetivo expresso pelo documento era a formação de “um núcleo de militantes em condições de assumir a direção do movimento na próxima mudança da conjuntura política”²⁷.

As referidas notas são um documento importante para a análise da atuação do Partido Operário Leninista, a partir do qual tanto as concepções quanto elementos da vida partidária são apreensíveis. Primeiramente, são perceptíveis as limitações existentes para a atuação dos trotskistas brasileiros. Entre elas se destacam um aspecto objetivo, relativo à conjuntura repressiva, mas também um aspecto subjetivo, que diz respeito ao tamanho reduzido do partido. Quanto a este último, o documento apresenta a ciência que o SN do POL tinha quanto às dimensões e possibilidades do partido, praticamente restrito ao Rio e a São Paulo.

O caráter do POL enquanto um reagrupamento de vanguarda é novamente afirmado. Entretanto, no presente texto, é possível perceber que a importância do trabalho de massas não era desconsiderada pelo partido. Ao mesmo tempo em que se afirma a necessidade de preparação de um núcleo militante e a adoção de critérios qualitativos e não quantitativos para a adesão de novos militantes, as “Sugestões para o

²⁶ *Ibidem.*

²⁷ *Ibidem.*

plano de trabalho geral” são explícitas quanto à afirmação de que a forma ideal para a propaganda política é a inserção nos movimentos da classe trabalhadora. As limitações já apontadas, porém, constituíam empecilhos para tal forma de trabalho político. Sendo assim, o texto não afasta a necessidade da inserção do partido na classe trabalhadora, considerando que apenas em um período posterior, no qual isso fosse possível, aquele núcleo de militantes previamente preparados se constituiria em vanguarda. Novamente, o referencial leninista acerca da vanguarda e do partido são perceptíveis na concepção da atuação do POL.

A questão relativa às dificuldades encontradas pela militância trotskista no final dos anos 1930 se fez presente em outros documentos de circulação interna ao POL, que apontam para o mesmo sentido do conteúdo das notas analisadas anteriormente. Exemplo disso é uma carta, provavelmente de 1938 ou do início de 1939²⁸, remetida por “um ausente”, que expressa uma análise bastante comedida quanto as possibilidades de atuação do partido.

As “Opinião de um ausente sobre as nossas tarefas”²⁹, expressando certa sobriedade no que se refere à dimensão das tarefas a serem realizadas pelo partido, aponta, pela primeira vez, para uma ampliação do campo de atuação dos militantes do POL, indicando as bases para o trabalho de organização. Em primeiro lugar, afirma a necessidade de tiragem mensal de um jornal ou boletim, não apenas com a função de propaganda, mas que abordasse questões concretas de política e movimento. Além disso, indica a preocupação com o estabelecimento de ligações internacionais (não apenas com Paris e Nova Iorque, mas também com Buenos Aires e Chile) e interestaduais (além de Rio e São Paulo, pelo menos Porto Alegre, Bahia e Recife)³⁰.

O último ponto elencado pelo texto indica a principal novidade em relação às análises anteriores do POL: a necessidade do desenvolvimento, mesmo que incipiente, da atuação do partido nos movimentos da classe operária. Assim, orienta para o estabelecimento de “ligações com o trabalho sindical”, atividade para a qual seriam

²⁸ Tal documento, assim como outros, apresenta uma data atribuída externamente, indicando 04/12/1939. Entretanto, seu conteúdo não condiz com tal data, sendo o mais provável que date do intervalo indicado no texto.

²⁹ Suspeito que esta carta seja de autoria de Mario Pedrosa. Além do fato de Pedrosa estar exilado, portanto “ausente”, no momento de que datam as opiniões (KAREPOVS, Dainis. Mario Pedrosa e a IV Internacional (193-1940). In: MARQUES NETO, José Castilho (org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 100), o conteúdo das mesmas, com táticas de construção partidária e indicações sobre como seguir o trabalho de organização, indicam que foram escritos por um militante que gozava de respeito perante seus companheiros. Fosse outro o caso, este “ausente” não se daria o trabalho de enviar suas “opiniões”.

³⁰ OPINIÕES de um ausente sobre as nossas tarefas. 04/12/1939 [data atribuída].

deslocados “1 ou 2 camaradas para frequentar meio sindical e se possível imiscuir-se na direção sindical”. Demonstrando conhecimento das dificuldades concretas vividas pelo movimento operário durante o Estado Novo de Vargas, entre as quais destaca-se o estabelecimento dos sindicatos oficiais tutelados pelo Ministério do Trabalho, o autor da carta reafirma a importância da tarefa, enfatizando: “têm que fazer isso – é preciso encontrar um meio de fazê-lo”³¹.

Por fim, o texto reafirma a cautela com a qual deveria ser desenvolvida a militância dos trotskistas em meio àquele período ditatorial, porém, sem perder o tom esperançoso quanto ao futuro das atividades. Sintetizando as tarefas organizativas do partido, diz: “educar os camaradas novos. Preparar o pessoal para o trabalho ilegal e realizar tarefas modestas. O mais é aventurismo. [...] Com um trabalho sistemático e regular deveremos ter dentro de 6 meses uma base muito mais sólida de atividade”³².

As tarefas e o tipo de publicações decorrentes do caráter de vanguarda segundo o qual os trotskistas entendiam ser necessário basear o partido não eram compreendidas ou aceitas por todos os seus militantes. Exemplo disso é uma circular, assinada pelo “secretário” (Augusto Besouchet). Dirigida aos “caros camaradas”, o documento afirma que “na última reunião da direção, ao ser lida a ata de um dos grupos, ficou resolvida a redação de uma resposta às críticas feitas pelo camarada Moreira [codinome]”, segundo a qual os textos do partido eram inacessíveis à maioria dos trabalhadores. A ata concorda apenas em parte com a crítica, lembrando o fato de que o partido era constituído pela camada “mais avançada, esclarecida e consciente do proletariado”, sendo a sua principal preocupação a tarefa de “reagrupar, congregar esses elementos da vanguarda dispersos e desorientados pela reação capitalista e pela decomposição stalinista”³³. Prosseguindo, Besouchet retoma a distinção traçada por Lenin entre as tarefas de agitação (transmissão de poucas ideias a muitas pessoas, por meio de “manifestos, volantes, bandeiras, pinturas de parede, *meetings*, etc.”) e propaganda (transmissão de muitas ideias a poucas pessoas, com “cursos, escolas, conferências, prospectos, folhetos e livros”). Nas condições repressivas existentes no Brasil durante a segunda metade dos anos 1930, as tarefas do partido restringiam-se à propaganda,

³¹ *Ibidem.*

³² *Ibidem.*

³³ O SECRETÁRIO, Caros camaradas, [s.d.].

sendo, portanto, da natureza deste tipo de atividade que os materiais produzidos fossem mais complexos e de difícil assimilação, não sendo isso algo prejudicial³⁴.

O documento mencionado se revela interessante em vários sentidos: em primeiro lugar, evidencia a existência de alguma dinâmica na vida interna do partido, mesmo diante de um contexto adverso. Percebe-se que as orientações partidárias eram submetidas à discussão, como indica a contestação por parte de um militante de base, considerada e respondida por parte da direção. Além disso, o texto elucida o entendimento de quais eram as tarefas concretas que o POL pretendia cumprir, na medida em que enumera atividades próprias a uma organização de vanguarda.

O que venho enfatizando até aqui, portanto, a partir da análise dos documentos do Partido Operário Leninista, é a existência de um aspecto que marcou a trajetória da organização, entre 1937 e meados de 1939: a proposta de constituir-se enquanto um agrupamento de vanguarda. Segundo a análise realizada, é possível perceber, além disso, que tal concepção partidária era definida em relação à conjuntura política do Brasil que impunha limitações à atuação dos movimentos de esquerda, tendo influenciado as atividades desenvolvidas pela militância trotskista naquele período.

O Partido Socialista Revolucionário: “a tarefa central e imediata é ir às massas”

Fundado em 1939 e consistindo no marco do início da segunda geração do trotskismo brasileiro, o Partido Socialista Revolucionário remonta aos debates abertos entre o POL e o Comitê Regional de São Paulo (CR-SP) do PCB. Em meio ao processo de cisão entre esse último grupo e o Secretariado Nacional do partido, cisão iniciada pelas discordâncias acerca do papel da burguesia nacional na revolução brasileira, estabeleceu-se um movimento de diálogo e aproximação entre os dissidentes pecebistas e os trotskistas do POL³⁵. Em abril de 1939 os dois grupos formaram o que foi chamado

³⁴ *Ibidem.*

³⁵ No que se refere à cisão de 1937/1938 no PCB, Dainis Karepovs remonta o aparecimento das diferenças políticas entre o Secretariado Nacional (SN) do PCB, dirigido por Bangu, e o Comitê Regional de São Paulo (CR-SP) do partido, liderado por Hermínio Sacchetta, ao final de 1936. Naquele momento, o PCB abandonava decisivamente a posição *putschista* anterior, que levava à tentativa golpista de 1935, aderindo às teses do VII Congresso da IC, de 1935. Sem a realização de uma autocrítica do período anterior, o partido passava, então, a adotar a linha política de Frente Popular, pautada em uma perspectiva etapista da revolução e considerando o papel decisivo da burguesia nacional na revolução brasileira. Assim, enquanto textos publicados pelo SN defendiam a revolução burguesa, sob liderança da “burguesia progressista”, como estando na ordem do dia para o Brasil, o grupo vinculado ao CR-SP criticava tais publicações devido à ausência da independência de classe para o proletariado neste processo. Tratava-se apenas dos primeiros momentos de uma longa

Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil e iniciaram a publicação de alguns boletins em comum. A última tarefa desempenhada pelo Partido Operário Leninista, já no âmbito do referido Comitê, foi a realização da Conferência Nacional, em agosto de 1939, que marcou a fundação do PSR, seção brasileira do Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional).

Se durante toda a sua atuação o POL definiu-se como um reagrupamento de vanguarda com restrita intervenção, o processo de fusão com a dissidência pecebista e a fundação do PSR marcaram uma mudança na concepção de partido defendida pelos trotskistas. Logo no momento de constituição do Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda e da publicação do boletim em comum, é possível perceber um primeiro indício dessa transformação. Segundo relatório policial de “D-15”, o *Boletim* nº 3 teve tiragem de 600 exemplares, tendo sido distribuído para Rio, Curitiba, Campinas, Bauru, Santos e Salvador. Além disso, em São Paulo foi distribuído nas portas de fábricas³⁶. Considerando as informações obtidas pela polícia e relatadas em outro documento, o PSR possuiu cerca de 50 membros, divididos entre Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, a prisão e o exílio³⁷. Nesse sentido, a partir da distribuição do *Boletim* nº 3 percebe-se uma tentativa de ampliação da organização. Além de buscar criar vínculos com outras regiões fora do eixo Rio-São Paulo, preocupação já existente na atuação do POL, a ampla tiragem do material (em comparação ao número de membros do futuro partido) e a sua veiculação em portas de fábrica podem ser os primeiros indícios de que se buscava conferir outro sentido para a militância trotskista, inclusive com a aproximação em relação à classe operária.

Essa transformação do caráter do partido e das tarefas a serem desempenhadas também é perceptível em textos produzidos pelo novo partido, nos quais realizava-se um balanço da atuação praticada até aquele momento. Em 1 de novembro de 1939, uma circular foi dirigida aos “Camaradas”, provavelmente pelo Comitê Central (CC) do PSR³⁸. Vale a pena reproduzir na íntegra o parágrafo inicial do texto:

Camaradas: a rápida sucessão dos acontecimentos internacionais e a nossa incapacidade quase absoluta em face deles geraram uma crise organizatória de caráter grave. Esta crise, aliás, representa o ponto culminante de um processo que já vinha se manifestando desde o advento do Estado Novo de

crise que envolveria ainda a discussão quanto à candidatura que seria apoiada pelo partido no processo eleitoral de 1938 e só terminaria com a intervenção de Moscou em favor do SN. (Cf. KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Ed, UNESP, 2003).

³⁶ D-15. [Sem título], 17/05/1939.

³⁷ RELAÇÃO nominal dos elementos do PSR constantes do Fichário deste GT, [s.d.].

³⁸ O CC do PSR era composto por Augusto Besouchet, Paes Leme e Hermínio Sacchetta.

forma mais ou menos intensa. A nossa organização, dada naturalmente a sua composição social e a sua falta de ligação com a massa, vinha apesar de sua política justa, vegetando durante estes 3 últimos anos. Houve naturalmente na direção da organização uma perda quase completa de visão dos problemas nacionais e assim não foram encaradas seriamente as possibilidades que surgiram tais como a dissidência do PCB em S. Paulo cujo aproveitamento de nossa parte foi mínimo. A Conferência Nacional foi a última tentativa feita no sentido de melhorar a organização e assim esperar melhores tempos que “deveriam” advir da guerra que se aproximava.³⁹

Apesar de afirmar o acerto quanto à linha política então adotada, percebe-se o tom de autocrítica presente no documento, que ressalta as limitações da própria direção partidária e o estado “vegetativo” no qual o POL permaneceu desde a sua fundação, em 1937. Além das limitações de perspectiva atribuídas à direção, a conjuntura também é apresentada como um fator que contribuiu para a fraqueza do partido, seja com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ou com a implementação da ditadura do Estado Novo. Diante disso, chama a atenção a menção feita à cisão de 1937/1938 do PCB. Apesar de ter atraído para as fileiras do trotskismo uma parcela dos militantes pecebistas dissidentes, o texto avalia como “mínimo” o aproveitamento do processo.

Também é interessante o fato de que o afastamento em relação às massas, assim como a composição social do partido, são apontados como elementos negativos. Esta avaliação contrasta com análises produzidas no período anterior, no qual explicitamente se objetiva a construção da vanguarda revolucionária e, por isso, a falta de contato político com a classe trabalhadora não era pensada enquanto um problema. Na medida em que, em 1939, pela primeira vez desde o surgimento do POL tais elementos eram apontados como decisivos para a inércia na qual encontravam-se os trotskistas, é possível indicar o documento em questão como um marco de mudança quanto ao entendimento do caráter da organização partidária.

A circular “aos camaradas” segue com uma avaliação do papel da direção do partido trotskista e do que considera terem sido erros de análise cometidos no período de atuação do POL. Assim, afirma que muitos pensavam que a eclosão da guerra e dos fatos a ela relacionados, como a concretização do pacto germano-soviético entre Hitler e Stalin, seriam elementos que por si só desmoralizariam o stalinismo e lançariam os militantes de vanguarda em direção à IV Internacional. O texto constata que, ao contrário, do que se supunha, “as possibilidades históricas surgem mais ou menos espontaneamente mas que o seu aproveitamento depende de uma firme vontade e de

³⁹ CAMARADAS, 01/11/1939

uma ação contínua”⁴⁰. Trata-se, assim, de considerar o peso decisivo do elemento subjetivo, ou seja, da intervenção da direção política revolucionária, no processo histórico, ao lado das condições objetivas que constituem as bases sobre as quais as lutas são desenvolvidas.

No que se refere mais especificamente às tarefas do PSR, o documento afirma:

[...] a nossa falha não reside na falta de uma política justa mas sim da ausência de ação revolucionária firme e consistente, numa verdadeira atitude proletária e portanto numa ligação de caráter permanente com a classe operária. Já temos por mais do que provado de que um simples trabalho de propaganda na espera de melhores tempos outro resultado não nos trás senão o de autossatisfação pelo dever cumprido. Precisamos, portanto, se quisermos realmente construir o partido da IV Internacional, abandonar o puro trabalho de propaganda que vínhamos fazendo e traçar objetivos mais claros e concretos. É preciso que sejamos daqui para o futuro verdadeiros combatentes de vanguarda do proletariado, verdadeiros bolchevique-leninistas. Os camaradas que se sentirem com forças de seguir esse rumo sem receio dos sacrifícios e das consequências formarão o núcleo do partido da IV no Brasil, deixando de lado os que honesta e sinceramente se reconhecerem incapazes de trilhar o novo rumo.

*Neste momento a tarefa central e imediata é ir às massas, ligar-se aos principais setores da produção. Ligações com as grandes empresas eis a principal tarefa do PSR atualmente. E teremos de realizá-la custe o que custar, pois sem isso não passaremos nunca do que somos presentemente nem nos transformaremos jamais no Partido do Proletariado do Brasil.*⁴¹

Os parágrafos acima, com os quais o documento se encerra, permitem avançar na análise das transformações que marcavam o partido naquele momento. Assim, em primeiro lugar, destaca-se que, após o período de militância no POL, no qual os trotskistas se restringiram praticamente à construção da organização partidária, considerava-se agora que a tarefa prioritária era o estabelecimento de ligações com a classe trabalhadora. Além disso, é importante notar que a nova tarefa surge a partir do entendimento de falhas quando à atuação que vinha sendo desenvolvida anteriormente, restrita ao trabalho de propaganda e que não tinha outro resultado além do sentimento de dever cumprido.

Ao mesmo tempo em que afirmava a necessidade imperativa de inserção nos movimentos concretos da classe trabalhadora, o texto em questão não rejeita o papel da construção da vanguarda revolucionária. Nesse sentido, sobressai no trecho reproduzido acima um entendimento da construção organizativa e das tarefas políticas profundamente influenciado pela concepção leninista do partido. Primeiramente, o documento apresenta a defesa de que o PSR constitua a direção revolucionária da classe

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ *Ibidem* (grifos meus).

trabalhadora, sendo formado pelos “verdadeiros combatentes de vanguarda”. Dessa forma, apenas os militantes que se sentissem na condição de atuar enquanto revolucionários, “sem receio dos sacrifícios e das consequências”, deveriam seguir na organização. Isso expressa o caráter restrito sob o qual era entendida a vanguarda, formada apenas pelos militantes profissionais e conscientemente revolucionários. Ao mesmo tempo, a constituição deste núcleo revolucionário não era suficiente, sendo necessário “traçar objetivos claros e concretos”. Fundamentalmente, tratava-se de “ir às massas”, sobretudo estabelecer vínculos com as parcelas da classe operária que desempenhavam atividades produtivas centrais para a economia. Tratava-se, assim, de romper o círculo estreito da propaganda, alcançando o movimento de massas da forma mais ampla possível e aproveitando-se dos meios legais disponíveis. Por fim, o último parágrafo (em destaque) é essencial para o entendimento de que essas duas tarefas eram inseparáveis. Nesse sentido, a ligação com a classe trabalhadora apenas faria sentido se fosse realizada a partir de um núcleo militante que tivesse em seu horizonte a perspectiva revolucionária; entretanto, somente na medida em que estivesse organicamente vinculada aos movimentos da classe trabalhadora é que aquela vanguarda se constituiria em direção revolucionária do proletariado. Ou, conforme as palavras já citadas, “sem isso [a ligação com a classe trabalhadora] não passaremos nunca do que somos presentemente [o núcleo de vanguarda revolucionária] nem nos transformaremos jamais no Partido do Proletariado do Brasil [direção revolucionária da classe trabalhadora]”.

Apesar dos documentos do Partido Socialista Revolucionário desde o fim de 1939 indicarem que o partido pretendia desenvolver uma nova orientação, aproximando-se da classe trabalhadora, na prática, ao que tudo indica, o resultado almejado não foi alcançado. Existem poucas fontes de pesquisa acerca da atuação dos trotskistas brasileiros entre 1939 e 1945, porém as informações disponíveis permitem afirmar que aqueles não foram anos fáceis para os trotskistas. Ressalte-se, em primeiro lugar, que o Brasil atravessava um período de grande repressão para os movimentos de esquerda, em meio à ditadura do Estado Novo de Vargas⁴².

Mas, além disso, para compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelo PSR, é necessário voltar as atenções em alguma medida para o trotskismo no contexto

⁴² A fim de dimensionar a repressão ao partido trotskista no período, podemos mencionar os relatórios produzidos pela polícia política varguista. No dossiê correspondente ao PSR constam ao menos sete relatórios produzidos por informantes policiais que datam dos anos entre 1939 e 1941.

internacional. Tendo sido fundada em 1938, a IV Internacional logo se viu imersa em uma realidade marcada pela Segunda Guerra Mundial, fato que dificultou a atuação de sua direção e praticamente extinguiu o contato entre as diferentes seções nacionais⁴³. Somada ao contexto interno de repressão às organizações de esquerda, essa situação de isolamento durante a guerra ajuda a explicar os poucos vestígios deixados pela militância do PSR⁴⁴.

Não bastassem as consequências da eclosão do conflito armado mundial, em 1940 o PSR atravessou ainda uma crise interna, provocando uma cisão no partido. Tal cisão ocorreu em âmbito internacional, sendo originada no *Socialist Workers Party* (SWP), seção estadunidense da IV Internacional, a partir de um grupo de militantes que passou a discordar da definição de “Estado operário burocraticamente degenerado” e, conseqüentemente, da perspectiva de defesa da URSS⁴⁵. Essas divergências chegaram à seção brasileira, com a adesão de Mario Pedrosa às perspectivas dos dissidentes do SWP, rompendo, assim, com a Internacional e com o PSR⁴⁶. A influência de Pedrosa no partido brasileiro (o que pode ser atribuído, entre outras coisas, ao fato dele ter sido um dos pioneiros no movimento oposicionista/trotskista no país) fez com que um número considerável de militantes se somasse às suas posições. Dessa forma, a cisão no PSR levou ao afastamento de grande parte da “primeira geração” do trotskismo brasileiro⁴⁷, marcando a primeira ruptura geracional no movimento.

Para completar o quadro relativo aos obstáculos ao movimento trotskista brasileiro na virada dos anos 1930 para 1940, em agosto de 1940 Leon Trotsky foi assassinado em seu exílio na Cidade do México. Tal atentado possuiu evidentes repercussões na IV Internacional, tendo a organização ficado “órfã de direção”⁴⁸. Nesse

⁴³ SAGRA, Alicia. *A Internacional*. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010, p. 158-159.

⁴⁴ KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas: 1930-1966. In RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2007. v. 5, p. 144.

⁴⁵ Cf. BENZAÏD, Daniel. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2008, p. 56-61; MARIE, Jean-Jacques. *Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional*. São Paulo: Palavra Editorial, 1981, p. 62-64.

⁴⁶ Pedrosa e seus companheiros fundaram o periódico *Vanguarda Socialista*, em 1945. Cabe mencionar, ainda, que o rompimento de Pedrosa dificultou ainda mais as já frágeis comunicações entre o PSR e a direção internacional da IV.

⁴⁷ PEREIRA NETO, Murilo Leal. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo: 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 26

⁴⁸ SAGRA, Alicia. *Op. Cit.*, 2010, p. 158.

sentido, contribuiu para impor novos empecilhos ao desenvolvimento da seção brasileira, o PSR.

Assim, apenas em 1945, ainda durante o final do Estado Novo, é que os trotskistas puderam voltar a desenvolver alguma atuação política mais sistemática. O principal aspecto dessas atividades é o retorno da publicação de um jornal porta-voz do partido, agora com o título *Luta Proletária*⁴⁹. Já em 1946, surgiu o jornal *Orientação Socialista*, cuja qualidade material e periodicidade regular da publicação, até 1948, permitem perceber a ampliação das possibilidades de ação dos trotskistas com o retorno ao regime democrático.

Em termos de construção partidária e das tarefas da organização, é novamente a documentação para circulação interna ao partido que nos fornecesse maiores possibilidades para a análise. Entre abril e junho de 1945, seis circulares foram produzidas pelo Comitê Regional de São Paulo do PSR para fomentar o debate e orientar os militantes sobre determinados assuntos. As duas primeiras circulares constituem uma espécie de manual de conduta que os militantes trotskistas deveriam seguir diante das atividades conspirativas e em casos de prisão. No que se refere à circular número 1, “sobre conspiratividade”, recomendava aos militantes como desempenhar tarefas práticas em situações de ilegalidade, tais quais marcar pontos de encontro, efetuar reuniões, entregar materiais, realizar o contato com outros militantes, etc⁵⁰. Já a segunda, relativa à “atitude perante a polícia” orientava o que os militantes deveriam fazer caso fossem presos, ressaltando sempre que deveriam preservar, em primeiro lugar, a organização, e posteriormente a si próprio e aos outros camaradas⁵¹.

Percebe-se, a partir dessas primeiras circulares, que apesar de estar em seus últimos momentos, a ditadura de Getúlio Vargas ainda impunha a repressão às organizações políticas revolucionárias no país. Nesse sentido, a preocupação com as atividades clandestinas indica a percepção que o PSR tinha deste contexto, fazendo o possível para preservar seus militantes em meio ao desenvolvimento das suas atividades. Entretanto, não se trata apenas da atuação política em um contexto ditatorial. Segundo as palavras do próprio documento sobre a ação conspirativa, “a experiência internacional da ação revolucionária já compendiou certos preceitos conspirativos que o

⁴⁹ Foram publicados dez números de *Luta Proletária*, todos mimeografados, sendo que apenas quatro podem ser encontrados atualmente.

⁵⁰ COMISSÃO de Organização do Comitê Regional de São Paulo do Partido Socialista Revolucionário. Circular nº 1 da C.O. do C.R. Sobre conspiratividade. São Paulo, 04/1945.

⁵¹ *Idem*. Circular nº 2 da C.O. do C.R. Sobre atitude perante a polícia. São Paulo, 04/1945.

trabalho ilegal, *quer esteja o Partido, em parte, na legalidade, quer não*, deve observar”⁵². Além disso, o último ponto assinalado pelo documento afirma que deve-se “*manter o trabalho legal perfeitamente distinto da organização ilegal*”⁵³.

Por sua vez, as circulares de números 3, 4 e 5 foram unificadas pela Comissão de Organização, formando o texto “Princípios gerais de organização”. Constituiu-se, assim, um plano detalhado para as atividades do PSR em diferentes frentes de atuação. O texto partia da constatação de que historicamente faltava organização para os socialistas revolucionários brasileiros, e visava, então, suprir tal carência. Para tanto, iniciava com uma definição sucinta do sentido das atividades a serem desenvolvidas:

a tarefa dos socialistas revolucionários pode ser definida como sendo a de ‘organizar’ a ‘massa’ dos trabalhadores para a Revolução Social. Mas, para ‘organizar’ a ‘massa’, precisamos, nós, ser otimamente ‘organizados’, é preciso ‘organizar’, otimamente, *o Partido*, que será o ponto de apoio da organização da massa, o dirigente da massa, o guia da Revolução⁵⁴.

Portanto, no mesmo sentido das circulares anteriores, tratava-se de definir o eixo para a atuação ilegal do partido, que deveria continuar existindo mesmo que o partido viesse a dispor de espaços políticos legais ou semilegais. Segundo a perspectiva expressa no texto, isso seria fundamental para que o partido não se iludisse com as possibilidades de intervenção, sempre limitadas, abertas pela democracia burguesa. Afirmava, então:

impõe-nos o dever de em hipótese alguma deixarmos de ter um aparelho ilegal, que garanta a sobrevivência de uma vigorosa ação revolucionária [...]. Se uma parte da organização vier para a legalidade, ela deverá ser tratada, em linhas gerais, como uma organização de massa construída pela parte ilegal do P[artido], que continuará a subsistir a seu lado. Os princípios da organização *legal* serão, então, postos. Mas os presentes, da organização *ilegal*, continuarão a vigorar com algumas modificações circunstanciais que constarão de instruções do momento.⁵⁵

Dando prosseguimento, a circular abordava aspectos da organização interna de cada órgão do partido, nos quais se reuniam os militantes de base. Tratava-se de células constituídas por local de trabalho ou moradia, as quais reuniriam até cinco militantes. Defendia, assim, a necessidade de funcionamento regular, respeitando um plano de trabalho rigorosamente definido, observando as regras de ação conspirativa, mas também buscando ampliar a organização e inserir-se nos movimentos de massas⁵⁶.

Após elucidar como eram constituídos e estruturados os aparelhos que conferiam vida ao organismo partidário do PSR, a circular expressava, ainda, algumas

⁵² *Idem*. Circular nº 1 da C.O. do C.R. Sobre conspiratividade. São Paulo, 04/1945 (grifos meus).

⁵³ *Ibidem* (grifos meus).

⁵⁴ *Idem*. Princípios gerais de organização. São Paulo, 05/1945 (grifos do autor).

⁵⁵ *Ibidem* (grifos do autor).

⁵⁶ *Ibidem*.

preocupações. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se reforçavam os cuidados que haviam sido formulados na circular sobre a conspiratividade, afirmava-se a necessidade de ampliação do trabalho do partido, visando estar presente “onde houver um grupo de explorados e oprimidos pelo capitalismo”. Isso se faria por meio da formação de células; cada militante isolado deveria formar uma célula, atuando no seu sindicato, clube cultural, esportivo ou recreativo, sociedade beneficente, comitê político, escola, repartição, fazenda, bairro, povoado, setor de massa em que vive, sempre pautando os interesses e as questões das massas⁵⁷.

Sem afastar-se do âmbito das tarefas de organização partidária, o documento orienta o sentido no qual deveria ser desenvolvido o trabalho de massa da organização. Esse era definido como a principal atividade de cada célula, que deveriam discutir questões internas do partido, mas também questões caras à categoria profissional na qual atuasse, orientando, assim, a atuação dos seus militantes nos eventos e reuniões da referida categoria. Se a célula não atuasse em um setor específico, deveria buscar trabalhar em torno das questões econômicas e políticas gerais sentidas pela classe trabalhadora, iniciando com a sua agitação e buscando a sua organização. O que se pretendia “*é tomar posições no seio da massa, é organizar esta em contato conosco, é formar a sua combatividade, é educá-la dentro de princípios nossos, é recrutar quadros para o nosso P[artido]*”⁵⁸.

Dentro do que era entendido como trabalho de massas, a intervenção em movimentos grevistas dos trabalhadores merecia especial atenção, sendo abordada em um tópico à parte. Um elemento fundamental acerca da atuação do partido nas greves dizia respeito à constituição de uma direção ilegal para o movimento, ao lado dos órgãos de direção legal (como os sindicatos). Segundo entendiam, “a direção ilegal deve existir por mais legal que se declare, na disciplina jurídica brasileira, o ato de greve: não se iludir com o respeito da burguesia e da sua polícia à lei, quando se trata de ação de trabalhadores”⁵⁹. Partindo disso, a atuação dos trotskistas ocorreria em diversos sentidos: organizando uma fase de agitação prévia à eclosão da greve, em torno das reivindicações dos trabalhadores; pressionando o sindicato para a concretização da defesa dos interesses dos trabalhadores, o que também faria com que estes se interessassem pelo sindicato; denunciando as direções “burocratas ministerialistas” e

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem* (grifos do autor).

⁵⁹ *Ibidem*.

“oportunistas mencheviques e stalinistas”, dentro e fora dos sindicatos. Em meio a tais tarefas, o conteúdo político do partido, evidentemente, estaria presente. Entretanto, o partido propriamente dito não deveria aparecer enquanto tal, assinando documentos com seu nome, por exemplo. Isso deveria acontecer apenas quando o movimento atingisse um estágio mais avançado e consciente, de forma que a intervenção explícita do partido não provocasse recuos. Por fim, quanto ao balanço do movimento, uma greve deveria ser avaliada como vitoriosa se respondesse afirmativamente a duas perguntas: “a massa saiu *mais organizada* da greve? A massa saiu *mais politizada* da greve?”⁶⁰ Em termos de organização, as greves deveriam resultar “I – em reforço do sindicato; II – em reforço do partido; III – numa etapa adiantada, em comitês de fábrica permanentes”⁶¹.

Ainda relativo à intervenção do partido nos movimentos de massas, o texto apresentava algumas reivindicações que poderiam ser mobilizadas para o melhor aproveitamento das atividades. Nesse sentido, orientava que o trabalho das células de base trotskistas deveriam ter como eixo: “aumento de salários, diminuição de preços, diminuição e revogação de impostos (sobretudo, os indiretos, como os de consumo, vendas e consignações, diversões, etc.)”. Quanto à atuação nos bairros, aponta reivindicações relativas ao cotidiano dos trabalhadores, como às questões de transportes e luz. Essas lutas seriam fundamentais na etapa em que o PSR começava a se organizar, uma vez que serviriam para colher quadros, bem como para ampliar a influência e o respeito dos militantes do partido⁶².

Além disso, segundo a presente circular, em qualquer atividade desenvolvida pelos trotskistas entre os trabalhadores deveria haver a vinculação entre as demandas econômicas imediatas da classe trabalhadora e as reivindicações políticas. No contexto em que era escrito, o texto ressalta que as atividades mais importantes do partido eram aquelas que possuíam uma natureza diretamente política. Nesse sentido:

A nossa base deve lançar comitês (legais) de setor e de bairro da organização política legal, de frente-única, de massa, que o PSR estiver apoiando, e, neles, atuar no sentido de uma agitação intensiva, por meio de comícios, reuniões, volantes, inscrições murais, por pontos do programa da organização referida que mais nos interessem, ou à massa, como liberdade sindical, direito de greve, ensino gratuito, revogação de impostos, voto para as praças de pré, etc. E, acima de tudo, a palavra de ordem central de “Abaixo o Estado Novo! Por uma Assembleia Nacional Constituinte sem Getúlio Vargas!” deve ser agitada constantemente.⁶³

⁶⁰ *Ibidem* (grifos do autor).

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*.

A partir das preocupações e das diretrizes expostas, o documento afirmava que os trabalhos de massa deveriam resultar em: “a) maior ligação nossa com a massa, pela conquista de posições no seu meio; b) maior organização, politização e unidade da massa; c) recrutamento de militantes para o PSR”⁶⁴.

Como pode ser percebido, as circulares produzidas pelo Comitê de Organização do PSR em São Paulo constituem um raro momento no qual o plano de trabalho e a dinâmica da vida no interior do partido são esmiuçadas. Por meio destas fontes, é possível analisar de forma mais detida os princípios e concepções de organização partilhados pelos militantes trotskistas, elementos que orientavam a estruturação do partido.

Nesse sentido, chama a atenção, em primeiro lugar, a preocupação com a atividade ilegal/conspirativa. Como já foi mencionado, o contexto ditatorial é algo relevante, mas que sozinho não explica a definição da organização clandestina por parte dos trotskistas. Isso porque o desenvolvimento do partido enquanto núcleo ilegal ultrapassava aquela conjuntura, sendo entendido como algo fundamental inclusive quando o partido estabelecesse ações no âmbito legal, junto ao movimento de massas. As circulares, especialmente aquelas “Sobre a conspiratividade” e os “Princípios gerais de organização”, são explícitas quando abordam tal assunto, afirmando que o aparelho clandestino do partido era destinado à ação revolucionária, devendo atuar paralelamente e impulsionando os movimentos da classe trabalhadora que ocorressem dentro do arcabouço jurídico institucional.

Portanto, por um lado, em 1945 o PSR reafirmava a concepção que era prescrita desde o início da militância dos trotskistas no Partido Operário Leninista, em 1937, qual seja, a da organização de um núcleo de vanguarda, formado pelos militantes e pelos operários mais conscientes. Porém, neste momento, também era retomada a perspectiva de implementação do trabalho de massas, buscando a aproximação em relação à classe trabalhadora. Segundo a análise que realizei neste texto acerca da documentação dos primeiros anos de atuação do PSR, desde 1939 houve tal mudança de perspectiva na ação realizada pelos trotskistas brasileiros. Naquele momento, sem abandonar a tarefa de construção da vanguarda revolucionária, o partido passou a ter no seu horizonte de ação a realização de tarefas mais amplas, relativas aos movimentos da classe trabalhadora. Entretanto, o contexto extremamente repressivo foi um empecilho

⁶⁴ *Ibidem.*

considerável, sendo suficiente lembrar que aquele período da história do trotskismo no Brasil, entre 1939 e 1945, praticamente não deixou vestígios.

Dessa forma, em 1945, no ano final da ditadura varguista, o PSR retomava as diretrizes definidas para a sua atuação seis anos antes. Reafirmava o caráter imprescindível do trabalho de massas, concretizado nos sindicatos, locais de moradia ou onde quer que estivesse a classe trabalhadora, sem, entretanto, dispensar a construção do núcleo conspirativo e revolucionário do partido. A ação militante no sentido de concretizar tal concepção de organização política precisou, portanto, esperar um contexto menos desfavorável, às vésperas do retorno da democracia.

Retomando a concepção de partido político presente no referencial que embasa este trabalho, é possível afirmar, a partir dos aspectos elencados acima, que o Partido Socialista Revolucionário aproximava-se, em 1945, de um partido no sentido leninista. Desenvolvendo duas esferas distintas da organização política, ou seja, o núcleo ilegal, cujo objetivo era a concretização da ação revolucionária, e aquele voltado para as atividades junto à classe trabalhadora, aproveitando-se dos espaços para a ação política legal, os documentos assinados pelo PSR indicam a necessidade de manter a distinção entre os dois âmbitos, porém, estreitando a relação mantida entre eles. Essa orientação é percebida, por exemplo, nas formulações para o trabalho de massas, que o partido desenvolveria buscando concretizar a sua política. Entretanto, essa atuação manteria a independência do movimento em relação ao partido, uma vez que este se apresentaria apenas na medida em que as lutas estivessem se desenvolvendo da forma mais consciente.

Outro sentido em que é possível aproximar as propostas de atuação do PSR da concepção defendida por Lenin está na perspectiva de politização do trabalho. Dessa forma, assim como argumentava o revolucionário russo, os militantes trotskistas brasileiros entendiam haver uma distinção entre as reivindicações econômicas e políticas da classe trabalhadora. A tarefa do partido, constituindo-se enquanto vanguarda revolucionária, era intervir nas manifestações de trabalhadores no sentido de politizar as suas reivindicações econômicas imediatas. Ou, segundo as circulares sobre “Princípios gerais de organização”, “o bolchevique, dizia Lenine, deve saber tomar a frente de todas e quaisquer reivindicações populares, traçar planos de reivindicações para qualquer categoria de explorados, oprimidos, esquecidos, e levar a luta por esses planos

avante”⁶⁵. Tal atividade, retomando os termos expressos em *Que fazer?*, seria fundamental para o avanço da consciência de classe, de uma consciência sindical a uma consciência revolucionária.

Como é possível perceber, tal aproximação entre a perspectiva de organização política formulada pelo PSR e aquela de Lenin não podem ser consideradas casuais. Por mais que os militantes trotskistas não citassem explicitamente a concepção leninista de partido ao se referir à constituição de um agrupamento conspirativo paralelo ao movimento de massas, eram profundamente influenciados pela sua obra⁶⁶.

Ainda relativo ao que expressam os documentos acerca da concepção de organização adotada pelo PSR, considero importante afirmar um último aspecto. Desenvolvendo a sua militância no movimento de massas a partir da manutenção da distinção entre os níveis legal e ilegal da ação partidária, o que os trotskistas buscavam era a transformação da vanguarda revolucionária previamente construída em uma direção de fato do movimento revolucionário dos trabalhadores. Conforme trecho já citado⁶⁷, o objetivo da atuação do partido era a sua inserção entre a classe trabalhadora, buscando dirigir os movimentos segundo a sua política e ganhar posições para o partido. Nesse sentido, seria confirmada a última etapa da concepção leninista do partido político, na qual as duas esferas de atuação do partido (legal e ilegal) se unificariam segundo uma perspectiva revolucionária e sob a direção do partido de vanguarda.

Comentários finais

A partir da análise da documentação arrolada ao longo do presente trabalho, considero ter sido possível traçar um panorama acerca da construção das organizações políticas trotskistas no Brasil entre 1937 e 1945. Nesse sentido, percorrendo a trajetória do movimento desde a fundação do POL até a redemocratização, é possível afirmar que a construção do Partido Socialista Revolucionário, em meio ao contexto da primeira ruptura geracional do trotskismo brasileiro, representou um amadurecimento por parte dos trotskistas quanto à formulação da concepção de organização que buscavam construir. Sem abandonar a necessidade de constituição da vanguarda, a percepção da

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Inclusive, em outro momento das circulares internas de 1945, o Comitê de Organização do PSR citava a obra *Que fazer?*, onde o revolucionário apresentou a noção de partido político que mobiliza para a análise, entre aquelas que deveriam constar em uma “biblioteca marxista”, necessária para a formação teórica e educação revolucionária dos militantes de vanguarda.

⁶⁷ Trecho citado na nota 58.

necessidade de inserir-se nos movimentos da classe trabalhadora aproximou a organização em relação ao entendimento do partido revolucionário proposto por Lenin. A partir desta concepção, os trotskistas do PSR buscaram conferir uma resposta mais consistente para o problema da formação de uma direção revolucionária do proletariado, problema fundamental para tais militantes no contexto em que atuaram.

Referências

1. Fontes

1.1 Fontes manuscritas

1.1.1. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

COMISSÃO de Organização do Comitê Regional de São Paulo do Partido Socialista Revolucionário. Circular nº 1 da C.O. do C.R. Sobre conspiratividade. São Paulo, 04/1945. Fundo: Hermínio Sacchetta (HS). Grupo: 3 – Documentos Políticos II. Série: 4 – Partido Socialista Revolucionário. Subsérie: Circulares. Código de Referência: BR SPAEL HS 03 04 PSRcir 05

_____. Circular nº 2 da C.O. do C.R. Sobre atitude perante a polícia. São Paulo, 04/1945. Fundo: Hermínio Sacchetta (HS). Grupo: 3 – Documentos Políticos II. Série: 4 – Partido Socialista Revolucionário. Subsérie: Circulares. Código de Referência: BR SPAEL HS 03 04 PSRcir 06

_____. Princípios gerais de organização. São Paulo, 05/1945. Fundo: Hermínio Sacchetta (HS). Grupo: 3 – Documentos Políticos II. Série: 4 – Partido Socialista Revolucionário. Subsérie: Circulares. Código de Referência: BR SPAEL HS 03 04 PSRcir 07

1.1.2. Arquivo Nacional (AN)

COMITÊ Provisório de Organização do POL. A fundação do partido revolucionário do proletariado, 03/01/1937. Fundo/Coleção: C8 – Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Série/Subsérie: Apelação. Notação: C8.0.APL.126.

CCP DO POL. Resolução do Comitê Central Provisório do Partido Operário Leninista. Assunto: jornal. 26/12/1937. Fundo/Coleção: C8 – Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Série/Subsérie: Apelação. Notação: C8.0.APL.126.

CCP DO POL. Resolução do Comitê Central Provisório do Partido Operário Leninista. Assunto: recrutamento. 08/12/1937. Fundo/Coleção: C8 – Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Série/Subsérie: Apelação. Notação: C8.0.APL.126.

1.1.3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

CAMARADAS, 01/11/1939. Fundo: Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL). Setor: Comunismo. Notação: 17.

D-15. [Sem título], 17/05/1939. Fundo: Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL). Setor: Comunismo. Notação: 17.

O SECRETÁRIO, Caros camaradas, [s.d.]. Setor: Comunismo. Notação: 17.

OPINIÕES de um ausente sobre as nossas tarefas. 04/12/1939 [data atribuída]. Fundo: Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL). Setor: Comunismo. Notação: 17.

RELAÇÃO nominal dos elementos do PSR constantes do Fichário deste GT, [s.d.]. Fundo: Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL). Setor: Comunismo. Notação: 17.

SECRETARIADO Nacional. Análise da situação nacional, 17/12/1938. Fundo: Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL). Setor: Comunismo. Notação: 17.

1.2. Periódicos

1.2.1. Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM)

A Luta de Classe, nº 34, ano VII, 10/12/1937. Acervo: CEMAP – Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa. Localização: CEMAP/PB130.

2. Referências Bibliográficas

BENOIT, Hector. Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. *Revista Outubro*, nº 2, fev de 1998.

BENSAÏD, Daniel. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2008.

KAREPOVS, Dainis. Mario Pedrosa e a IV Internacional (193-1940). In: MARQUES NETO, José Castilho (org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Ed, UNESP, 2003.

_____; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas: 1930-1966. In RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2007. v. 5, p. 109-165.

LENIN, Vladimir. *Que fazer?* As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

MARIE, Jean-Jacques. *Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional*. São Paulo: Palavra Editorial, 1981.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo: 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ROSSIGNOLI, Icaro. *Os dias de cão do trotskismo brasileiro: argumentos e táticas nas publicações do Partido Operário Leninista, 1937-1939*. 2018. 84 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SAGRA, Alicia. *A Internacional. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.